

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROVIMENTO n. 289/2016 – CGJ/AM

Dispõe acerca da atualização monetária do valor do selo de fiscalização cujo percentual será reajustado anualmente pela Corregedoria, passando a vigorar na forma da lei, no ano de 2017.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir o valor referente ao selo de fiscalização anexo a tabela do Provimento nº 265/2015 – CGJ/AM;

CONSIDERANDO que a correção monetária tecnicamente não acarreta aumento, mas sim, mera reposição do valor corrigido, sendo, em consequência, diferente tanto de reajuste quanto da revisão de valores, uma vez que o primeiro representa majoração fundada na variação dos preços dos insumos, enquanto o segundo, acréscimo ou decréscimo por ocorrência imprevisível;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 23 da Lei Estadual nº 3.929/2013 que determina o ajuste monetário anual dos valores referentes às custas judiciais e emolumentos a serem atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por meio de Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça, observando-se o princípio da anterioridade;

CONSIDERANDO a recessão e a situação econômica pela qual passa o país, será atualizado apenas o valor referente ao selo, que passará a vigor no ano de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – AUTORIZAR o ajuste monetário do valor do selo de fiscalização com base no INPC a ser estipulado no ano de 2017.

Manaus, 19 de dezembro de 2016

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Desembargador **ARISTOTELES LIMA THURY**
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIAN.º 5493/2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO** do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria n.º 1236/2016-PTJ, de 05.7.2016, do Excelentíssimo Desembargador Presidente deste Poder,

RESOLVE

CONCEDER à servidora **CAMILA ÉDER MARTINS DE SOUZA**, Diretora de Secretaria deste Poder, lotada na 5ª Vara Criminal, **05 (cinco) dias de férias regulamentares**, referentes ao exercício de 2013, a serem usufruídos no período de **09.01.2017 a 13.01.2017**, conforme Informação às fls. 04/05 e 13, bem como o Despacho de fl. 09 do **Processo n.º 023200/2016** e nos termos do artigo 62 da Lei n.º 1.762, de 14.11.1986 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Justiça, em Manaus, 14 de dezembro de 2016.

MILARDSON FARIA RODRIGUES FILHO
Secretário-Geral de Administração

EXTRATOS**EXTRATO Nº 128/2016 – DVCC/TJ**

1. **ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica n.º 012/2016-FUNJEAM;

2. **DATA DA ASSINATURA:** 21/11/2016;

3. **PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a empresa Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

4. **OBJETO:** A cooperação entre os participantes objetiva o acesso à consulta ao banco de dados da OAB pelo TJAM visando à integração dos sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

5. **VALOR:** O presente Acordo não envolve a transferência de recursos financeiros ou materiais entre os participantes. As ações resultantes deste ajuste que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

6. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei n.º 8.666/93, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

7. **VIGÊNCIA:** O presente Termo terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de **60 (sessenta) meses**, caso não haja expressa manifestação em contrário de qualquer das partes, mantidas as cláusulas e condições pactuadas.

Manaus, 21 de novembro de 2016.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

SEÇÃO III**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA****PROVIMENTOS**

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROVIMENTO n. 289/2016 – CGJ/AM

Dispõe acerca da atualização monetária do valor do selo de fiscalização cujo percentual será reajustado anualmente pela Corregedoria, passando a vigorar na forma da lei, no ano de 2017.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir o valor referente ao selo de fiscalização anexo a tabela do Provimento n.º 265/2015 – CGJ/AM;

CONSIDERANDO que a correção monetária tecnicamente não acarreta aumento, mas sim, mera reposição do valor corrigido, sendo, em consequência, diferente tanto de reajuste quanto da revisão de valores, uma vez que o primeiro representa majoração fundada na variação dos preços dos insumos, enquanto o segundo, acréscimo ou decréscimo por ocorrência imprevisível;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 23 da Lei Estadual n.º 3.929/2013 que determina o ajuste monetário anual dos valores referentes às custas judiciais e emolumentos a serem atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por meio de Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça, observando-se o princípio da anterioridade;

CONSIDERANDO a recessão e a situação econômica pela qual passa o país, será atualizado apenas o valor referente ao selo, que passará a vigor no ano de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – **AUTORIZAR** o ajuste monetário do valor do selo de fiscalização com base no INPC a ser estipulado no ano de 2017.

Manaus, 19 de dezembro de 2016

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE

Desembargador **ARISTOTELES LIMA THURY**
Corregedor-Geral de Justiça